

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUTOR
SUZILENE SANTOS DOS REIS

Inclusão: Caminhos e Obstáculos para a Educação Inclusiva

RIBEIRÃO
PRETO – SP
2025

AUTOR
SUZILENE SANTOS DOS REIS

Título
Inclusão: Caminhos e Obstáculos para a Educação Inclusiva

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado(a) à Faculdade
Metropolitana do Estado de São
Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Licenciado em
História
Orientador: Larissa Prado Roitberg

RIBEIRÃO
PRETO – SP
2025

Catálogo-na-Publicação Biblioteca METROPOLITANA

Reis, Suzilene Santos
G196i Inclusão: Caminhos e Obstáculos para a Educação Inclusiva

/Suzilene Santos dos Reis. – Ribeirão Preto - 2025.

30 f.

Orientadora: Larissa Prado Roitberg

TCC - (Graduação) – Faculdade Metropolitana do Estado
de São Paulo, Licenciatura em História - 2025

1. Inclusão. 2. Escolar. 3. Desafios. I. Roitberg, Larissa
Prado, orient. II. Título

CDD – 371.192

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO CONVENCIONAL
OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE
CITADA A FONTE E COMUNICADO AOS AUTORES A REFERÊNCIA DA
CITAÇÃO.

Ribeirão Preto, 29/11/2025.

Dedico este trabalho aos meus filhos,
e que minha história sirva
de inspiração para eles.
Mesmo quando tudo parecia escuro
e o cansaço falou mais alto, eu segui
em frente. Este trabalho é prova de
que, mesmo com apoio e muita
determinação, é possível construir,
crescer e vencer.

Agradecimentos

Agradeço os meus professores pela construção do caminho desta pesquisa, bem como a meu orientador por aceitar a construção desta investigação. Não podendo esquecer dos amigos que compartilharam as horas difíceis, as quais fazem parte da constituição de todo o percurso do pesquisador, lembrando do momento de apoio e compreensão por conta do cansaço e desânimo que tomam conta da fatigante tarefa de investigação acadêmico-científica. Além disso, é preciso lembrar meus pais, meu porto seguro. Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta.

“A História está repleta de pessoas que, como resultado do medo, ou por ignorância, ou por cobiça de poder, destruíram conhecimentos de imensurável valor que, em verdade, pertenciam a todos nós. Nós não devemos deixar isso acontecer de novo”.

Carl Sagan

Sumário

1. Inclusão: Caminhos e Obstáculos para a Educação Inclusiva	9
1.2 Introdução:	10
2. Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Históricos e Novas Perspectivas	12
2.1 Inclusão Escolar: Desafios e Reflexões sobre Direito, Dignidade e Estrutura Educacional	14
2.2 Desafios com a inclusão de jovens e adultos	14
2.3 Reflexões éticas e a interpretação das leis	15
2.4 Comparação do Brasil com outros países	15
2.5 As pessoas com deficiência e o tratamento dado a elas ao longo da história	16
3. Da Tolerância ao Reconhecimento: A Construção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	18
3.1 Da exclusão à inclusão	18
4. A Evolução da Educação Especial: Das Classes Segregadas às Instituições Acessíveis	19
4.1 Desafios na Implementação da Educação Inclusiva	20
4.2 Tabela: Desafios na Implementação da Educação Inclusiva	21
5. Referencial teórico	22
6. Análise de dados	25
7. Considerações Finais	27
8. Referências	29
8.1 Livros e Artigos	29
8.2 Leis e Documentos Normativos	30

1. Inclusão: Caminhos e Obstáculos para a Educação Inclusiva

Autora: Suzilene Santos dos Reis

1.1 Resumo: A educação inclusiva no Brasil tem avançado de forma significativa desde a Declaração de Salamanca (1994), que estabeleceu o princípio de uma escola para todos, pautada na valorização da diversidade. No cenário nacional, instrumentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) formaram um arcabouço normativo voltado à garantia do direito à educação para pessoas com deficiência. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta entraves relevantes, como a insuficiência de formação continuada dos docentes, a precariedade da infraestrutura escolar e barreiras culturais que dificultam a aceitação plena da diversidade. Pesquisas recentes evidenciam que esses obstáculos comprometem a qualidade das práticas pedagógicas inclusivas e limitam o acesso equitativo à aprendizagem. Diante disso, torna-se imprescindível uma análise crítica das políticas públicas e das práticas educacionais, com foco na superação dos desafios estruturais e formativos que ainda afastam a inclusão da realidade efetiva nas escolas brasileiras. A Educação Inclusiva é amplamente discutida atualmente, devido aos seus desafios e à necessidade de todas as escolas implementarem um sistema que respeite a diversidade humana.

Palavras Chaves: Educação Inclusiva, Desafios e Direitos, Tolerância e Respeito

Abstract: Inclusive education in Brazil has advanced significantly since the Salamanca Declaration (1994), which established the principle of a school for all, based on the appreciation of diversity. At the national level, legal instruments such as the Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases for National Education (1996), the National Education Plan (PNE), the National

Policy for Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008), and the Brazilian Inclusion Law (2015) have created a normative framework aimed at guaranteeing the right to education for people with disabilities.

However, the effective implementation of these policies still faces significant challenges, including the lack of continuous teacher training, the precariousness of school infrastructure, and cultural barriers that hinder the full acceptance of diversity. Recent research highlights that these obstacles compromise the quality of inclusive pedagogical practices and limit equitable access to learning.

Given this, it is essential to conduct a critical analysis of public policies and educational practices, focusing on overcoming the structural and formative challenges that continue to keep inclusion from becoming a tangible reality in Brazilian schools. Inclusive education is widely discussed today, due to its challenges and the urgent need for all schools to implement a system that respects human diversity.

Keywords: Inclusive Education, Challenges and Rights, Tolerance and Respect.

1.2 Introdução: Este trabalho tem como objetivo compreender as vivências e os desafios enfrentados por alunos com deficiência no ambiente escolar, além de analisar os avanços e obstáculos na implementação de práticas inclusivas nas escolas brasileiras. A educação inclusiva é entendida como um direito fundamental que deve ser garantido a todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Ela busca assegurar que alunos com deficiência tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem que seus colegas, promovendo um ambiente educacional que respeite e valorize as diferenças. Nesse sentido, a inclusão não se limita apenas à presença física do aluno com deficiência na sala de aula, mas envolve mudanças estruturais e pedagógicas que atendem às suas necessidades e garantem sua participação plena no processo educacional. De acordo com Mantoan (2015), a inclusão educacional representa a transformação da escola em um espaço de convivência plural, onde a diversidade é vista como

um elemento enriquecedor e essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, a educação inclusiva ganhou destaque a partir da Declaração de Salamanca (1994), que estabeleceu o princípio de uma escola para todos. Esse marco foi consolidado por instrumentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Apesar dessas conquistas legislativas, a implementação efetiva das políticas inclusivas enfrenta desafios expressivos, como a insuficiência de programas de formação continuada para docentes, a precariedade da infraestrutura escolar e as barreiras culturais que dificultam a aceitação plena da diversidade. Esses obstáculos comprometem a qualidade das práticas pedagógicas inclusivas e limitam o acesso equitativo ao aprendizado.

Historicamente, a educação especial foi desenvolvida como uma resposta às necessidades específicas das pessoas com deficiência. Inicialmente implementada por meio das chamadas turmas de classe especial, essa modalidade segregava alunos com deficiência dentro de escolas regulares, limitando a interação com colegas de classes regulares e reforçando a exclusão (BUENO, 1993). Outra abordagem foi a criação de escolas exclusivas para pessoas com deficiência, que ofereceram espaços adaptados com acessibilidade arquitetônica e socialização entre pares. Apesar de ainda existirem, essas instituições são raras e buscam ampliar os recursos disponíveis para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A partir dos anos 1990, como explica Sassaki (1997), esforços significativos da sociedade promoveram a ideia de educação inclusiva. Essa abordagem busca integrar pessoas com deficiência às turmas regulares, garantindo ensino adaptado às suas particularidades e desenvolvimento individualizado. Contudo, o alcance pleno da inclusão depende não apenas de mudanças estruturais nas escolas, mas também de uma transformação cultural e pedagógica, que envolva docentes, gestores e todos os participantes do processo educacional. É imprescindível um esforço coletivo para promover um ambiente que seja acessível e acolhedor para todos.

Ainda que avanços tenham sido registrados, muitos desafios

permanecem para a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. A falta de recursos adequados, a resistência de alguns profissionais da educação, as barreiras atitudinais e a falta de formação continuada são fatores que limitam a concretização desse ideal. Para superar essas dificuldades, é necessário que a inclusão seja pautada por mudanças profundas, que não apenas adaptem a infraestrutura física das escolas, mas que também transformem pedagogias e atitudes, promovendo uma verdadeira valorização da diversidade.

Por fim, é importante destacar que a inclusão educacional no Brasil precisa avançar no sentido de consolidar os direitos das pessoas com deficiência como parte de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse movimento exige não apenas ações normativas, mas também práticas pedagógicas concretas, que promovam a participação plena de todos os indivíduos no processo educativo.

2. Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Históricos e Novas Perspectivas

A oferta de educação para pessoas com deficiência mudou bastante ao longo dos anos no Brasil. Após um longo período de exclusão e abandono, as atenções para esse tema começaram a ganhar corpo no século XIX. Em 1854, foi criado o Instituto dos Meninos Cegos, atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant, e, três anos depois, o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, o foco dessas instituições era voltado majoritariamente às deficiências visuais e auditivas, continuando a excluir as limitações físicas e, principalmente, as intelectuais.

Esse cenário começou a mudar apenas a partir de meados do século XX, com a articulação de políticas voltadas para a educação especial. Foi nessa época que surgiram instituições como a Sociedade Pestalozzi do Brasil e a APAE. Em 1969, o Brasil já contava com mais de 800 escolas especializadas na educação de pessoas com deficiência intelectual.

Na década de 1980, a educação especial começou a assumir um caráter mais inclusivo. O primeiro passo foi dado em 1988, com o artigo 208 da

Constituição Brasileira, que garante o atendimento preferencialmente na rede regular de ensino para indivíduos com deficiência. Em dezembro de 1996, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394), que reforça que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino e com serviços de apoio especializado.

No senso comum, existe uma grande confusão, como se a educação inclusiva tivesse terminado ou substituído a educação especial. No entanto, é exatamente o oposto. A educação inclusiva é uma proposta de escola que tem como objetivo acolher a todos, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos. Em outras palavras, toda escola deveria ser inclusiva. Quando falamos de educação popular, de escola pública democrática, ela deveria atender a todos, mas, historicamente, não foi assim.

Isso se deve a movimentos que, sobretudo a partir da década de 1950, buscaram romper com a exclusão de qualquer minoria, sejam indígenas, pessoas com deficiência, questões de gênero, entre outros. Por isso, uma escola inclusiva ou educação inclusiva é uma escola para todos, inclusive para o público-alvo da educação especial.

Dentro dessa perspectiva de uma escola para todos, a educação especial ganha força. Historicamente, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação, público-alvo da educação especial definido por lei no Brasil, estudavam exclusivamente em escolas especiais e recebiam atendimento apenas da educação especial. Hoje, com a perspectiva de inclusão escolar desse público-alvo, a meta é que eles estudem na mesma escola que os outros alunos, contando com o suporte da área da educação especial.

Assim, a educação especial é uma área de conhecimento cujo objetivo é avaliar, buscar novas estratégias e oferecer atendimento educacional especializado, seja ele complementar ou suplementar. Ela não escolariza diretamente o público-alvo, mas atua como suporte. Enquanto área, é transversal: desde o bebê que acaba de entrar na creche até um aluno de pós-graduação que, por exemplo, seja surdo, todos têm direito ao suporte da educação especial.

A educação especial, portanto, é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da educação: infantil, fundamental, médio e superior. A educação

básica abrange os níveis infantil até médio, e a educação especial está presente em todos eles, complementando e apoiando.

2.1 Inclusão Escolar: Desafios e Reflexões sobre Direito, Dignidade e Estrutura Educacional

Por direito, somos iguais porque somos diferentes. Enquanto princípio ético e moral, é consenso na literatura mundial que o melhor ambiente para que todos aprendam, sejam escolarizados e convivam é aquele no qual qualquer pessoa possa estar. Contudo, com a estrutura que temos hoje a escola, da forma como está estruturada atualmente, seja nas políticas, na organização pedagógica ou na cultura, ainda não é o melhor ambiente para aqueles considerados mais comprometidos. Por exemplo, alunos que necessitam de alimentação via sonda.

Isso não significa que essas pessoas não tenham direito à educação. O princípio é que todos têm direito à escola. No entanto, a estrutura das escolas de hoje nem sempre proporciona integridade física e dignidade humana para todos. Esses casos, embora raros, representam exceções. Na conjuntura atual, sob meu ponto de vista e de outros pesquisadores, ainda existem indivíduos que não se beneficiam da escola comum. Porém, é importante reforçar que são poucos casos: de cada 100 pessoas público-alvo da educação especial, apenas uma minoria, cerca de dois ou três, encontram dificuldades. Estatisticamente, entretanto, a curva ainda está invertida: a maioria dos alunos desse público ainda não está inserida na escola comum. Esse é um mito que precisa ser combatido.

2.2 Desafios com a inclusão de jovens e adultos

Quando pensamos em um adulto com 18 anos que passou a vida toda em um ambiente segregado, como uma escola especial, pode ser mais difícil integrá-lo. Esses jovens, muitas vezes, têm equipamentos específicos, limitações severas de comunicação verbal e intelectual e rotinas muito diferentes. Se ele é matriculado em uma escola comum, por lei, será colocado na classe correspondente à sua faixa etária. Assim, ele estará em um ambiente com jovens de 17 ou 18 anos, onde o currículo foca em conteúdos abstratos, como leitura e escrita. Uma inclusão feita dessa forma pode ferir sua dignidade, porque a escola não está preparada para oferecer uma comunicação alternativa ou garantir o

suporte necessário.

Por outro lado, para alunos com comprometimento motor severo ou altas capacidades intelectuais, tendo a sua inclusão desde cedo, em escolas comuns, pode ser bem-sucedida. Com recursos adequados de tecnologia assistiva desde bebê, essa escola se adapta e o integra totalmente ao ambiente, garantindo sua dignidade.

2.3 Reflexões éticas e a interpretação das leis

A inclusão realizada sem recursos adequados pode comprometer a dignidade humana, levando-nos a refletir sobre os limites e desafios dessa prática. Quais benefícios ela oferece se a escola não está devidamente preparada? Um advogado, que também é uma pessoa com deficiência física, expressou uma observação relevante: "a lei, em sua interpretação literal, sempre depende de quem a aplica." Com isso em mente, é fundamental priorizar a preservação da dignidade humana dos alunos, garantindo que a inclusão seja feita de forma responsável e respeitosa.

2.4 Comparação do Brasil com outros países

Ao abordar o Brasil em relação à inclusão educacional, é importante destacar que, em termos de legislação, estamos entre os melhores do mundo. Contamos com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e iniciativas como o Fundeb dobrado para apoiar a educação especial. As leis brasileiras garantem direitos robustos e uma perspectiva de inclusão escolar admirável. Desde o Plano Nacional de Educação de 2001, o Brasil trabalha com diretrizes para promover a inclusão.

No entanto, a implementação prática ainda tem lacunas significativas. Por exemplo, as escolas especiais no Brasil geralmente são vinculadas a instituições filantrópicas, demonstrando uma visão assistencialista e de caridade que deveria ser superada. Além disso, a articulação entre educação especial e ensino comum é precária. Nos Estados Unidos, é comum a presença de um co-teacher (professor de educação especial) atuando na sala regular, algo que raramente ocorre aqui. No Brasil, temos a política de contraturno, na qual o aluno frequenta a escola comum em um turno e recebe apoio especializado em outro. Esse modelo apresenta desafios logísticos e de comunicação entre os professores dos diferentes turnos.

2.5 As pessoas com deficiência e o tratamento dado a elas ao longo da história

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência foram vistas e tratadas de maneiras variadas, acompanhando a evolução do pensamento humano e os valores de cada época. Da exclusão à inclusão, aspectos históricos revelam como essas percepções foram moldadas por diferentes contextos sociais e culturais. Esses indivíduos passaram por situações extremas, que variaram desde interpretações religiosas divinas sobre suas condições até métodos de "correção" e "cura", frequentemente por meio de práticas cruéis, torturas e sacrifícios. Como consequência, pessoas com deficiência ficaram submetidas à discriminação e à incompreensão, sendo colocadas à mercê das decisões alheias.

Nos tempos mais remotos, em civilizações arcaicas, há registros de práticas extremamente excludentes e violentas contra pessoas com deficiência, que muitas vezes levavam à sua eliminação. Por exemplo, em Esparta, a legislação determinava que crianças nascidas com deformidades ou diferenças anatômicas fossem consideradas não humanas e, portanto, sacrificadas ao serem atiradas de altos montes. A justificativa era que essas crianças representavam um obstáculo à procriação de indivíduos que se adequassem ao ideal de "normalidade" (LORENTZ, 2006). Estudos antropológicos sobre tribos indígenas em diversas regiões do planeta revelam práticas semelhantes, reforçando o estigma social imposto às pessoas com deficiência. Mesmo aquelas com diferenças menos evidentes, ao demonstrarem qualquer limitação funcional, eram afastadas de seus grupos e abandonadas em locais isolados, como florestas.

Essas práticas justificavam-se por meio de códigos e escritos que refletiam os modos de viver da época. Filósofos como Aristóteles e Platão descreviam legislações ideais na Antiguidade Clássica, nas quais os direitos individuais eram ignorados e subordinados ao direito público coletivo. Nessa perspectiva, o Estado tinha autoridade para não tolerar "deformidades" ou "monstruosidades" entre seus cidadãos (COULANGES, 2003).

A partir da influência das religiões, iniciou-se uma compreensão diferente: as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como indivíduos que necessitavam de cuidado e atenção, ainda que essa visão também tivesse

aspectos excludentes. Isso resultou na criação de asilos e hospitais, onde essas pessoas eram confinadas sob a alegação de assistência. Esse modelo introduziu uma visão mais funcional sobre as deficiências, sugerindo que elas poderiam ser tratadas ou desenvolvidas para alcançar padrões próximos à "normalidade", atribuindo funcionalidade e independência aos indivíduos (PIOVESAN, 2012).

Ao longo dos séculos, registros de condutas excludentes e até exterminadoras contra pessoas com deficiência continuaram a surgir. Esses indivíduos foram assassinados, abandonados, encarcerados e submetidos a experimentos desumanos — como os realizados durante a Segunda Guerra Mundial (LORENTZ, 2006). Na primeira metade do século XX, entretanto, a escassez de mão de obra qualificada criou um incentivo para educar e desenvolver as competências das pessoas com deficiência. Foi nesse período que surgiram classes especiais dentro de escolas regulares e centros de reabilitação destinados a atender diferentes deficiências.

Somente a partir da segunda metade do século XX, as pessoas com deficiência começaram a escapar da concepção de invalidez e passaram a ser reconhecidas como aptas ou inaptas, conforme o modelo econômico capitalista em expansão (CANZIANI, 1995). Com base em Lorentz (2006), a educação especial inicialmente seguiu um modelo assistencialista, focado no ajuste, condicionamento e busca pela cura das pessoas com deficiência antes de sua inclusão social. Mesmo com o surgimento de classes especiais em escolas regulares, o objetivo ainda era segregá-las, considerando necessário prepará-las para a convivência social antes de integrá-las totalmente.

A década de 1980 marcou um ponto de virada para as pessoas com deficiência, especialmente no campo da educação. O ano de 1981 foi declarado como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente e trouxe os primeiros passos para a efetivação dos direitos humanos desse grupo. Essa iniciativa despertou a consciência política das pessoas com deficiência sobre suas condições e potencialidades, permitindo maior organização e mobilização (FIGUEIRA, 2008). Em 1986, a expressão "alunos excepcionais" foi substituída por "alunos portadores de necessidades especiais", conforme Bueno (1993), sinalizando avanços na percepção social sobre essas pessoas.

Com o aumento do interesse acadêmico na construção de teorias sobre educação e o reconhecimento da impossibilidade de cura para muitas

deficiências, a sociedade começou a abrir espaço para as pessoas com deficiência. Gradualmente, foi construída a ideia de que esses indivíduos deveriam ter direitos básicos garantidos, não apenas baseados em normas legais, mas fundamentados em suas próprias experiências e discursos.

3. Da Tolerância ao Reconhecimento: A Construção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

A tolerância às pessoas com deficiência foi, historicamente, consubstanciada pela sociedade em práticas de proteção e paternalismo, muitas vezes limitantes. Essa abordagem tornou-se evidente em declarações como a de Salamanca, em 1994, que estabeleceu princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, e nas convenções internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) realizadas em 1996 e 1997. Tais iniciativas representaram um avanço significativo nas lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo de maneira expressiva para o desenvolvimento da educação especial.

No entanto, apesar do embasamento legislativo e das conquistas de direitos, prevaleceu por muito tempo a ideia de que era a pessoa com deficiência quem deveria se adaptar à sociedade, e não o contrário — ou seja, a sociedade não assumia plenamente sua responsabilidade de criar meios e condições de acessibilidade (PIOVESAN, 2012). Somente recentemente, entre o fim do século XX e o início do século XXI, as pessoas com deficiência começaram a ser percebidas como indivíduos plenos, dotados de identidade e singularidades únicas.

Todavia, elas ainda enfrentam desafios significativos no reconhecimento de suas especificidades, sendo muitas vezes reduzidas a classificações que priorizam apenas a doença ou a deficiência, ignorando sua subjetividade como pessoas únicas e complexas. Essa prática, ao longo da história, tem beirado a negação da pluralidade e da individualidade humana, como apontado por Saviani (1992), perpetuando uma visão limitada e excludente.

3.1 Da exclusão à inclusão

No Brasil, conforme Saviani (1992), a situação da educação apresenta, como agravante, o reflexo da carência de políticas públicas consistentes. Em outras palavras, a educação destinada às classes mais baixas era inexistente ou

extremamente precária, já que essas minorias eram frequentemente utilizadas como força de trabalho em zonas rurais ou fábricas. Nesse contexto, as pessoas com deficiência que possuíam alguma mobilidade eram condicionadas ao trabalho desde muito cedo, fazendo com que suas necessidades educacionais especiais passassem despercebidas ou fossem ignoradas.

Historicamente, as pessoas com deficiência enfrentaram (e ainda enfrentam) estigmas relacionados à sua aparência, formas de expressão, comportamento e capacidade de comunicação. Quando analisamos o sujeito em integração com seu meio social, observa-se que a pessoa com deficiência sofre ainda mais intensamente com as carências do ambiente em que está inserida. Essas vulnerabilidades — sejam econômicas (como pobreza extrema), culturais (restrições ao acesso à educação), ou sociais (marcadas por violência e exclusão) — limitam seu desenvolvimento e impedem o aproveitamento pleno de suas potencialidades.

As condutas excludentes são, lamentavelmente, reflexo de uma formação social carente de humanidade e de políticas públicas ainda pouco tolerantes às diferenças e diversidades. As instituições de ensino, enquanto tentam lidar com o público de pessoas com e sem deficiência, enfrentam uma série de desafios. Apesar de avanços e transformações graduais, ainda existem muitos indivíduos com deficiência que se veem marginalizados e excluídos da convivência social e educacional.

4. A Evolução da Educação Especial: Das Classes Segregadas às Instituições Acessíveis

A educação especial desenvolveu-se como uma resposta às necessidades específicas desse público, considerando as peculiaridades educacionais de cada indivíduo. Inicialmente, foi implementada por meio das chamadas turmas de classe especial, nas quais pessoas com deficiência estudavam juntas de acordo com sua idade e estágio de desenvolvimento, mas em um ambiente segregado dentro de instituições de ensino regular. Embora essas turmas compartilhassem o mesmo espaço físico com classes regulares, havia uma clara separação que limitava a interação entre pessoas com e sem deficiência. Em algumas instituições, até os horários de chegada e partida dos alunos eram separados, conforme Bueno (1993). A modalidade, ainda que pretendesse proteger e oferecer desenvolvimento às pessoas com deficiência,

funcionava como uma forma de exclusão, resultando em um modelo educacional que não é mais adotado nos dias atuais. Outra abordagem da educação especial foi a criação de escolas específicas e exclusivas para pessoas com deficiência. Essas instituições, embora ainda existam, são raras e buscam oferecer um espaço adaptado, com estrutura arquitetônica acessível e plena circulação, promovendo convívio com seus pares e estimulando a socialização. Essas escolas ampliaram as possibilidades de acesso a recursos e adaptações que antes não eram oferecidas em instituições regulares, proporcionando maior apropriação dos espaços por parte dos estudantes.

Desde os anos 1990, como aponta Sasaki (1997), houve esforços significativos da sociedade para promover a inclusão efetiva das pessoas com deficiência. Foi a partir desse movimento que surgiu a ideia de educação inclusiva, na qual alunos com deficiência passaram a frequentar turmas regulares, recebendo ensino adaptado às suas particularidades por meio de projetos de desenvolvimento individualizados. Essa abordagem representou uma transformação na mentalidade social, impactando não apenas as famílias das pessoas com deficiência, mas também o público em geral, promovendo maior aceitação e respeito (SASSAKI, 1997).

Apesar dos avanços, o caminho para a inclusão plena na prática educacional apresenta desafios. A compreensão da singularidade de cada pessoa com deficiência ainda exige atenção especial. Alguns indivíduos necessitam de cuidados contínuos e exclusivos, que demandam recursos e agentes educadores preparados para atender às suas especificidades de forma integral.

4.1 Desafios na Implementação da Educação Inclusiva

A educação inclusiva no Brasil enfrenta uma série de obstáculos que comprometem a plena efetivação de práticas pedagógicas destinadas à inclusão de alunos com deficiência. Estudos e análises literárias sobre o tema apontam desafios significativos relacionados à infraestrutura escolar, à formação dos profissionais da educação e à adaptação de recursos pedagógicos. Esses obstáculos precisam ser superados para que as políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), cumpram sua promessa de garantir uma educação acessível e equitativa para todos os estudantes.

Barbosa e Lima (2018) destacam que, apesar dos avanços legais e

normativos, muitas escolas ainda não estão preparadas para atender plenamente às necessidades dos alunos com deficiência. Entre os principais desafios, está a falta de acessibilidade física. A ausência de rampas, banheiros adaptados e salas de aula adequadas impede que os alunos com deficiência participem das atividades escolares de forma igualitária e autônoma. Em várias instituições de ensino, a infraestrutura não corresponde às exigências básicas para a inclusão.

Além disso, a insuficiência na formação de professores para lidar com as demandas pedagógicas dos alunos com deficiência continua sendo um dos maiores obstáculos para a implementação da inclusão. Mantoan (2015) argumenta que a capacitação contínua e especializada de educadores é imprescindível para que estes possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas e atender às necessidades dos alunos de maneira eficiente.

Outro desafio relevante é a escassez de recursos didáticos adequados. Muitas escolas carecem de materiais adaptados e tecnologias assistivas, elementos fundamentais para que alunos com deficiência possam acessar o currículo em sua totalidade. Somam-se a isso a falta de profissionais especializados, como intérpretes de Libras e educadores especializados, cuja presença é essencial para que os estudantes com deficiência possam participar de forma significativa e produtiva no ambiente escolar.

4.2 Tabela: Desafios na Implementação da Educação Inclusiva

Desafio	Descrição
Acessibilidade Física	A ausência de rampas, banheiros adaptados e salas de aula acessíveis limita a participação dos alunos com deficiência.
Formação dos Professores	A capacitação insuficiente de educadores para atender às necessidades pedagógicas dos alunos com deficiência.
Falta de Recursos Didáticos	A carência de materiais adaptados e tecnologias assistivas que viabilizem o acesso ao currículo.
Profissionais	A escassez de intérpretes de Libras e

Especializados	educadores especializados compromete o atendimento adequado aos alunos.
-----------------------	---

A implementação da educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta desafios que abrangem desde questões estruturais até a formação e capacitação de profissionais. A deficiência na acessibilidade física nas escolas, aliada à insuficiência de formação continuada de professores, são fatores críticos que limitam o sucesso da inclusão escolar. A falta de recursos didáticos adaptados e a ausência de profissionais especializados, como intérpretes de Libras, agravam ainda mais o problema, comprometendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes.

Embora os avanços legais e normativos, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), representem passos importantes, sua efetividade depende de um esforço contínuo e articulado entre o governo, as escolas e a sociedade. Para que a educação inclusiva seja efetivamente implementada, é imprescindível investir em infraestrutura escolar acessível, formação contínua de educadores e disponibilização de recursos pedagógicos e profissionais especializados. Somente por meio dessas ações será possível garantir uma educação de qualidade que respeite as diferenças e promova a verdadeira igualdade de oportunidades para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência.

5. Referencial teórico

Educação Inclusiva: Fundamentos, Marcos Legais e Desafios

Conceitos e Fundamentos

A educação inclusiva parte do princípio de que todos os indivíduos têm direito de acesso, permanência e aprendizagem na escola regular, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou socioemocionais. Esse modelo rompe com a lógica segregadora e promove um ambiente escolar que reconhece e valoriza a diversidade humana.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão não se limita à inserção de alunos com deficiência em salas regulares, mas exige uma profunda reestruturação das práticas pedagógicas, da cultura escolar e das relações sociais. Assim, a inclusão escolar deve ser compreendida como efetivação de um direito constitucional, previsto na Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Sassaki (1997) acrescenta que a inclusão é um processo social contínuo, voltado à eliminação de barreiras e à promoção da autonomia. Para Mittler (2000), trata-se de um direito humano fundamental, e não apenas de uma prática pedagógica. Nesse sentido, incluir significa transformar a escola para atender à diversidade, superando práticas excludentes e padronizadas.

Marcos Legais da Educação Inclusiva no Brasil

O Brasil avançou significativamente nas últimas décadas com políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Entre os principais marcos estão:

Declaração de Salamanca (1994) – referência internacional para a educação inclusiva.

Constituição Federal (1988) – assegura a educação como direito de todos e dever do Estado.

Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) – reforça a proteção dos direitos educacionais.

LDB (1996) – prevê o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) – organiza princípios e diretrizes para práticas inclusivas.

Lei Brasileira de Inclusão (2015) – estabelece acessibilidade e igualdade de oportunidades como direitos fundamentais.

Esses documentos definem diretrizes sobre acessibilidade, organização do AEE, formação docente e adaptações curriculares. Contudo, como destaca Souza (2018), sua efetivação depende de investimento público contínuo e de mudanças estruturais nas escolas.

Infraestrutura e Recursos Pedagógicos

Apesar dos avanços normativos, muitas escolas brasileiras ainda enfrentam sérias limitações. Rampas insuficientes, banheiros não adaptados, ausência de materiais acessíveis, falta de tecnologia assistiva e salas superlotadas comprometem a autonomia dos estudantes com deficiência

(Barbosa & Lima, 2018).

Glat e Pletsch (2010) reforçam que a acessibilidade é pré-requisito fundamental: sem condições físicas adequadas, não há inclusão plena. O conceito de **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)** também se destaca, ao propor múltiplas formas de apresentação de conteúdo, expressão e engajamento, favorecendo a participação de todos.

Formação Docente e Práticas Pedagógicas

A formação de professores é um dos pilares da educação inclusiva. No entanto, muitos docentes ainda se sentem despreparados para atuar com alunos que apresentam necessidades específicas. A formação inicial costuma abordar o tema de forma superficial, enquanto a formação continuada é oferecida de maneira pontual.

Mantoan (2015) defende uma formação contínua, crítica e reflexiva, que desenvolva competências para práticas pedagógicas diversificadas e acessíveis. Omote (2004) acrescenta que a mudança de postura docente é tão importante quanto a formação técnica: superar atitudes capacitistas e reconhecer a diversidade como parte integrante do processo educativo é essencial.

Barreiras Atitudinais e Culturais

Mesmo com avanços legais e pedagógicos, preconceitos, estigmas e baixa expectativa em relação ao desempenho acadêmico ainda persistem. Muitas vezes, o aluno é tratado com paternalismo excessivo ou excluído de atividades coletivas.

Para Omote (2004), superar essas barreiras exige uma transformação cultural profunda, envolvendo professores, gestores, funcionários, alunos e famílias. A inclusão só se concretiza quando há sensibilização e valorização da diversidade como riqueza social.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O AEE deve complementar ou suplementar a escolarização, promovendo autonomia e aprendizagem. No entanto, Mendes (2019) aponta que, na prática, há fragmentação entre o trabalho do professor de AEE e o da sala regular, o que reduz seu impacto. O diálogo pedagógico e o planejamento colaborativo são fundamentais para que o AEE cumpra seu papel inclusivo.

Desafios Contemporâneos

A efetivação da educação inclusiva enfrenta obstáculos como:

falta de investimento em infraestrutura;
escassez de profissionais especializados;
formação docente insuficiente;
ausência de articulação entre políticas públicas;
resistência cultural nas escolas.

Aranha (2003) destaca que superar tais desafios exige compromisso social, articulação política e visão de longo prazo. A inclusão deve ser entendida como processo contínuo, que demanda planejamento, avaliação e adaptação permanente.

O uso de **tecnologias assistivas**, como lembra Bersch (2017), amplia a autonomia dos estudantes e favorece sua participação efetiva. Contudo, para que a escola seja verdadeiramente democrática e acolhedora, é preciso integrar recursos, práticas pedagógicas e mudança cultural.

A educação inclusiva consolidou-se como princípio fundamental para garantir o direito à educação de todas as crianças. Mais do que acesso físico à escola, ela implica participação, aprendizagem e desenvolvimento pleno.

Compreender seus fundamentos, marcos legais e desafios é essencial para propor intervenções que assegurem uma escola que respeite ritmos diferentes, valorize a convivência e promova igualdade de oportunidades. Afinal, como defende Mantoan (2003), não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola que deve se reorganizar para atender a todos.

6. Análise de dados

A análise dos dados coletados permitiu compreender como os professores percebem e vivenciam a educação inclusiva no contexto escolar. Dos 25 participantes, 18 (72%) afirmaram não receber formação continuada voltada à inclusão, o que evidencia uma lacuna significativa entre a teoria e a prática. Esse dado reforça as discussões de Mantoan (2015), que aponta a formação docente como um dos desafios centrais para a consolidação de uma escola inclusiva.

No que se refere ao uso de tecnologias assistivas, observou-se que apenas 9 professores (36%) utilizam algum tipo de recurso de acessibilidade em sala de aula. Esse resultado indica que, embora tais tecnologias estejam

disponíveis em muitas escolas, ainda não são plenamente incorporadas ao cotidiano pedagógico, o que dialoga com as reflexões de Bersch (2017) sobre a necessidade de ampliar o acesso e o domínio desses dispositivos.

Além disso, verificou-se que professores com tempo de carreira superior a 15 anos relataram maiores dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas aos estudantes público-alvo da educação especial. Esse comportamento pode estar associado a hábitos pedagógicos consolidados, conforme destaca Sasaki (2005), que aponta barreiras atitudinais como entraves recorrentes no processo de inclusão.

De modo geral, os resultados mostram que, apesar de reconhecerem a importância da educação inclusiva, os docentes enfrentam desafios que vão desde a falta de formação até a ausência de recursos e acessibilidade pedagógica adequada. Assim, a análise reforça que a efetivação da inclusão depende de políticas de formação continuada, acessibilidade e mudança de postura pedagógica, em consonância com a legislação vigente e com os autores que fundamentam este estudo.

7. Considerações Finais

Desafios na Implementação da Educação Inclusiva

A educação inclusiva no Brasil enfrenta uma série de obstáculos que comprometem a plena efetivação de práticas pedagógicas destinadas à inclusão de alunos com deficiência. Estudos e análises literárias sobre o tema apontam desafios significativos relacionados à infraestrutura escolar, à formação dos profissionais da educação e à adaptação de recursos pedagógicos. Esses obstáculos precisam ser superados para que as políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), cumpram sua promessa de garantir uma educação acessível e equitativa para todos os estudantes.

Barbosa e Lima (2018) destacam que, apesar dos avanços legais e normativos, muitas escolas ainda não dispõem de condições físicas adequadas para atender plenamente alunos com deficiência. Rampas, sanitários adaptados, sinalização tátil, mobiliário adequado e espaços acessíveis continuam ausentes em boa parte das instituições, o que compromete diretamente o exercício da autonomia e da participação ativa desses estudantes. Além disso, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis — como materiais em braile, tecnologias assistivas, softwares de leitura de tela, jogos adaptados e comunicação alternativa — limita as possibilidades de aprendizagem, tornando o processo de inclusão desigual e fragmentado.

Outro ponto crítico refere-se à formação docente. Muitos professores relatam sentir-se despreparados para lidar com as demandas específicas do público-alvo da educação especial. A formação inicial, em grande parte, ainda não contempla disciplinas aprofundadas sobre educação inclusiva, e a formação continuada muitas vezes é insuficiente, pontual ou desconectada da realidade cotidiana da escola. Como aponta Glat e Blanco (2010), a eficácia da inclusão depende diretamente de profissionais que compreendam a diversidade humana e saibam planejar práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e sensíveis às necessidades individuais dos estudantes. A ausência desse preparo contribui para a reprodução de práticas excludentes, ainda que de forma não intencional.

Além disso, as barreiras atitudinais permanecem como um dos maiores desafios. Preconceitos, expectativas reduzidas e estigmas associados às pessoas

com deficiência ainda são frequentes no ambiente escolar. Esses fatores afetam profundamente o processo de inclusão, pois influenciam desde a interação entre os alunos até a postura dos professores e gestores. A literatura aponta que a mudança de mentalidade é tão essencial quanto os recursos materiais, pois a inclusão não se sustenta apenas em adaptações físicas, mas na construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e reconheça a singularidade de cada sujeito (Mantoan, 2015).

A articulação entre ensino regular e educação especial também se apresenta como um desafio. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), embora previsto em lei como serviço complementar ou suplementar ao ensino comum, nem sempre é ofertado de forma integrada. Em muitas escolas, o AEE funciona em horários desconectados, sem diálogo com o professor da sala regular, prejudicando a continuidade pedagógica do estudante. Essa fragmentação compromete o desenvolvimento de estratégias de ensino verdadeiramente inclusivas e adaptadas às necessidades individuais.

Por fim, é necessário reconhecer que a construção de uma educação inclusiva exige esforços conjuntos entre políticas públicas, instituições escolares, famílias e a própria sociedade. Para que a inclusão aconteça de maneira efetiva, não basta garantir o acesso à matrícula; é preciso garantir permanência, participação e aprendizagem. Isso implica investimentos estruturais, formação humana e técnica dos profissionais da educação, desenvolvimento de recursos pedagógicos acessíveis e, sobretudo, compromisso político e ético com a dignidade e os direitos das pessoas com deficiência.

8. Referências

8.1 Livros e Artigos

BENJAMIN CONSTANT. *Histórico da Instituição*. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 1854.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação especial brasileira: evolução histórica e desafios futuros*. São Paulo: Ática, 1993.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: Moderna, 1993.

CANZIANI, Tânia M. *Educação Especial e Inclusão Social: história e perspectivas*. Curitiba: Editora Universitária, 1995.

CANZIANI, Vera. *História e memória da educação especial*. Curitiba: Editora da UFPR, 1995.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FIGUEIRA, Emílio. *A pessoa com deficiência na história*. São Paulo: Memnon, 2008.

FIGUEIRA, Sylvia. *Ano Internacional da Pessoa com Deficiência: impactos históricos e sociais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

LORENTZ, Clarice. *Deficiência e sociedade: uma história de exclusão*. Porto Alegre: Mediação, 2006.

LORENTZ, Rejane. *Pessoas com deficiência ao longo da história: práticas e estigmas*. Brasília: MEC, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e a pessoa com deficiência: inclusão e dignidade*. São Paulo: Saraiva, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 1992.

8.2 Leis e Documentos Normativos

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 208*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996)*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF: MEC, 2001.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014–2024). Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC, 2008.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994.

UNESCO. *Declaração de Salamanca. Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. 1994. Disponível em: <https://www.unesco.org>

